

NOITES DE SOCIOLOGIA DO PORTO — VI

As Noites de Sociologia do Porto *preenchem dois objectivos essenciais: um, de carácter científico e que se centra na possibilidade de discutir as questões centrais da contemporaneidade; outro, de carácter pedagógico e que consiste no envolvimento dos alunos no planeamento, execução e avaliação desta iniciativa.*

Neste sentido, existe uma dupla orientação: por um lado, convidar cientistas na área da sociologia de forma a contrapor teses e argumentos, na convicção de que o diálogo e o debate reflectem-se em novos ângulos de abordagem das questões em confronto.

Por outro lado, importa cada vez mais alargar a intervenção de alunos e de professores para além dos tempos lectivos. Impõe-se não só criar hábitos de envolvimento na concepção de iniciativas públicas, como abrir o curso ao exterior, de forma a enriquecer o património intelectual e afectivo de todos os que contribuem para esta iniciativa.

1.^a Sessão — *Produção versus utilização do espaço: lógicas inconciliáveis?*

Moderadores: Sofia Alexandra Cruz
Rosa Carvalho

Intervenientes: Carolina Leite (Socióloga) Luís Baptista (Sociólogo)
Manuel Seabra (Vereador da C. M. de Matosinhos)

Nota: Não nos foi possível obter, na sua forma escrita, a comunicação de Manuel Seabra.

Intervenção de CAROLINA LEITE

QUEM TEM MEDO DOS EMIGRANTES?

Produção, percepção e utilização do espaço doméstico:

As lógicas inconciliáveis dos actores.

"Se a experiência do longínquo nos ensinou a descentrar o olhar, temos que aproveitá-la"

Marc AUGE, 1994: 43.

Quando em finais da década de cinquenta e inícios de sessenta, milhares de portugueses deixam as aldeias de origem em direcção aos países industrializados da Europa, acompanha-os um forte projecto de realização: construir casa própria segundo os critérios que constituíam, à época, o modelo de conforto desejado. Inserindo-se numa perspectiva de melhoria das condições de vida, a casa constituía a sua expressão paradigmática.

A unanimidade desta escolha, múltiplas vezes referida (Wall, 1979, 1984; Villanova, Leite, Raposo, 1994; Leandro, 1992, numerosos trabalhos de Maria Beatriz Rocha Trindade, entre muitos outros estudos) traduz o estado da situação da habitação em Portugal bem como a ausência de perspectivas para solucionar as suas principais carências.¹ Recorde-se que, em 1960, apenas 19% dos alojamentos dispunham de instalações fixas de duche ou banho; 29% tinham água canalizada no interior do alojamento e só 38% das habitações estavam ligadas a redes de saneamento; em matéria de electricidade, apenas 41% do parque residencial estava coberto. Além de acumular todas estas deficiências em matéria de infra-estruturas, o contexto do parque construído nos meios rurais² - donde parte um número significativo de emigrantes - poder-se-ia definir por três

¹ Recorde-se ainda a propósito, que segundo dados do recenseamento de 1970, cerca de 95% dos alojamentos ocupados eram privados, distribuindo-se assim os restantes 5%: 2,2% dos alojamentos eram de iniciativa pública ou semi-pública, 0,2% dos alojamentos eram cooperativos, e 2,6% pertenciam a organismos privados. A quase ausência de Estado promotor bem como de formas alternativas de acesso à habitação (cooperativas, por exemplo), fez com que as soluções para a habitação familiar fossem encontradas pelos próprios, nomeadamente através da auto-construção nos meios rurais e nas periferias dos grandes centros urbanos (os clandestinos) ainda que num contexto de extrema precaridade e sem acesso aos critérios de conforto considerados mínimos.

características básicas: penúria monetária dos auto-construtores, exiguidade (em muitos casos inexistência) de mercado locativo (e fraca solvência das populações abrangidas) além da ausência de parque público de habitação.

Não é pois difícil compreender o espírito voluntarista de que estão animados os emigrantes quando dão início, poucos anos depois, à construção da casa na aldeia natal. A situação urbanística nos meios rurais definia-se, então, quer pela ausência de políticas quer pela dificuldade de aplicação daquelas que existiam: ao nível da habitação, do planeamento ou da salvaguarda de património.

As casas: Sonho de uns, pesadelo de outros

Como é conhecido, a transformação do tecido construído que decorre deste contexto migratório gerou fortes controvérsias, que os *media* depressa cristalizaram em juízos de valor, supostamente "nacionais", tal era a carga de "intrusão" sentida pelos residentes face aos recém-chegados construtores. Assim se foram gerando estereótipos - c'est-à-dire des combles d'artifice, qu'elle (la société) consomme ensuite comme des combles de nature" (Barthes, 1978: 32) - que além de exacerbarem tensões entre emigrantes e residentes, pouco ou nada contribuíram para o entendimento deste fenómeno massivo de urbanização, que se prolongaria até meio da década de 80, entrando depois numa fase de acentuado declínio.

De facto, a ausência de um lugar legítimo tem acompanhado a produção e sobretudo a avaliação deste mais recente património. E se é incontestável que não estamos perante formas da arquitectura erudita, uma vez que a sua concepção se deve a técnicos não *autorizados* e não *reconhecidos* da arquitectura, nem por isso as casas de emigrantes constam dos numerosos e variados álbuns de arquitectura popular que nos últimos anos têm sido entre nós publicados, cobrindo as diferentes regiões nacionais bem como as diversas tipologias que são supostas caracterizá-las. Esta ausência de classificação esclarece-nos sobre a perplexidade que as casas de emigrantes têm arrastado consigo desde a sua emergência -

² Sobre a situação da habitação nos meios rurais veja-se o notável trabalho reunido por L. Basto e H. Barros (1943), *Inquérito à habitação rural*, I^o vol., "A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal - Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro", Universidade Técnica de Lisboa; ver também de H. Barros (1947), *Inquérito à habitação rural*, "A habitação rural nas províncias da Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa", Universidade Técnica de Lisboa.

ainda que reproduzindo fenómenos semelhantes ocorridos noutros momentos históricos - desconcertando todos quantos têm por tarefa atribuir às coisas a sua correcta taxinomia, fixando-as num discurso da *ordem*.

Do estereótipo ao terreno

A dupla constatação que há dez anos atrás nos levou a estudar as casas dos emigrantes³ foi, por um lado, a importância e extensão do fenómeno, particularmente visível no Norte do país e, por outro lado, a força do discurso negativo que sobre elas se abatia, com uma insistência que nenhuma outra injustiça social tinha conseguido mobilizar em seu favor, nem mesmo as precárias condições de residência que ontem como hoje têm afectado diferentes sectores da nossa sociedade e onde se incluem todos aqueles que emigraram.

Às casas de sonhos - era e é assim que os seus proprietários as olham - opunha-se um discurso onde esta carga onírica se transformava num pecado sem remissão. Difícil sobreviver neste cenário de sombra crítica onde não cabia sequer o direito de existir no espaço-construído - ainda que de forma eventualmente singular - e onde muito menos cabia qualquer contemplação com um outro nível da expressão: a dimensão do sonho, agora que era possível aos emigrantes pensar o espaço já não exclusivamente em termos da mais elementar sobrevivência mas também e, finalmente, em termos de *desejo*, na vertigem da sua possível concretização.

Diferentes razões e argumentos, mas todos dominados pelo princípio da *transgressão*, procuraram justificar a estranheza de tal fenómeno, substituindo-se assim a uma intelegibilidade que este novo espaço construído parecia não querer ou não poder proporcionar. E assim se foi distanciando o olhar e o discurso exteriores, deixando a nu o desconforto de quem se vê usurpado de uma parte de identidade: não que as casas de emigrantes não traduzam a história do país que somos, mas porque elas traduzem também aquilo que já não somos, ou aquilo que gostaríamos de não ter sido, forçando-nos a um percurso de memória que não é necessariamente gratificante. E no entanto, as casas de emigrantes acabarão, mais tarde ou mais cedo, por constar do reportório de uma identidade colectiva, inevitavelmente partilhada.

³ Referimo-nos ao trabalho realizado em colaboração com Roselyne de Villanova e Isabel Raposo, *Maisons de rêve au Portugal*, Créaphis, Paris, 196 pp., 1994; na tradução portuguesa, *Casas de Sonhos, emigrantes construtores no Norte de Portugal*, Salamandra, 1995, 222 pp.

E seria na procura de um sentido que melhor esclarecesse as posições dos diferentes actores em jogo que fomos levadas a confrontar o discurso existente sobre as práticas dos emigrantes em matéria de espaço doméstico, (o discurso dos detractores) com as suas práticas efectivas, em grande parte ainda não formalizadas pelo discurso. Foi nesse exercício de releitura de documentos que procurámos encontrar e depois entender a natureza das críticas às casas de emigrantes. Podemos afirmar que, basicamente, esse discurso é construído a partir de três pressupostos:

— **Ao nível da concepção do espaço**, uma vez que as casas seriam realizadas a partir de projectos importados.

— **Ao nível do espaço construído**, acusando-as de um inquestionável mau gosto, ao nível da localização, da relação com a rua e os espaços exteriores, dos volumes, dos materiais, das cores, etc.

— **Ao nível do espaço habitado**, os emigrantes revelavam diferentes graus de *incompetência* no processo de apropriação desse espaço.

A responsabilidade destas sucessivas "desadequações" aparece atribuída a um único agente: o emigrante construtor. E como acabamos de ver, todas as fases do percurso de habitar aparecem aqui comprometidas por falta de *competência*, do *espaço pensado* (projecto) ao *espaço construído* (o produto arquitectónico) até ao *espaço vivido* (o espaço doméstico apropriado). As casas aparecem-nos então como se fossem apenas o resultado do exercício de um poder privado, íntimo quase, a que chamamos *o gosto*, estando os emigrantes excluídos da apropriação legítima desse lugar que, em si mesmo, carece de "autenticidade", isto é, de reconhecimento social, de *legitimidade*. Tenta-se com este discurso iludir a evidência de que *o social começa com o indivíduo*, estando nele inscrito como um património dinâmico, e de que o gosto pouco mais é do que uma - nem sempre subtil - construção social: o modo como cada um se representa o mundo e como cada um se dá a ver ao mundo, num jogo de afinidades electivas que a sociologia há muito desconstruiu.

Mas se é certo que o trabalho de campo nos forneceu elementos que infirmam o essencial das críticas atribuídas aos emigrantes, mais difícil parece ser a diluição dos estereótipos que sobre eles circulam⁴. De facto, tudo indica que a grande maioria dos projectos são da autoria de técnicos não especializados (habilitados de perfil variável, com ou sem qualquer formação), que o produto arquitectónico que daí resulta não é substancialmente diferente do que é praticado pelos residentes (não-emigrantes) de grupos sociais próximos, o mesmo acontecendo em termos das práticas de

apropriação do espaço doméstico. Isto não exclui, que em cada uma destas fases, os emigrantes não introduzam elementos trazidos dos países de imigração, como sempre acontece com populações sujeitas a deslocamentos geográficos relativamente prolongadas. Nada de novo, pois, se indivíduos partilhados entre várias culturas manifestam no espaço doméstico, os sinais dessa trajetória. E nessa reinvenção reside, justamente, a margem de liberdade que é dada a cada habitante para: "à partir d'espaces créés selon les conventios d'un plan, que nous appellerons logement, constituer une interprétation que nous nommerons habitat" (Raymond, 1974: 53).

Não foi portanto pelo gosto que chegámos às casas dos emigrantes. No entanto, a análise das trajetórias e das estratégias dos indivíduos envolvidos neste processo, permitiu-nos concluir que o espaço doméstico, construído pelos emigrantes, constitui uma notável síntese de experiências ao nível da habitação e, por isso, um território promissor de ensinamentos e de interrogações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGE, Marc (1994) - *Não-lugares, introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Bertrand Editora, Venda Nova. BARROS, H. (1947) - *Inquérito à habitação rural* - a habitação rural nas províncias da Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa, Universidade Técnica de Lisboa. BASTO, L.; BARROS, H. (1943) - *Inquérito à habitação rural* - a habitação rural nas províncias do Norte de Portugal - Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro, 1.º vol., Universidade Técnica de Lisboa.
- GONÇALVES, Albertino (1996) - *Imagens e clivagens. Os residentes face aos emigrantes*, Afrontamento, Porto. LEANDRO, Engrácia (1992) - *Au-delà des apparences, Vinsertion sociale des portugais dans Vagglomération parisienne*, tese de Sociologia, Universidade Paris V, Sorbonne, 4 volumes. RAYMOND, Henri (1974) - "Habitat, modeles culturels et architecture", *Architecture d'aujourd'hui*, n.º 174, pp. 50-53. ROCHA-TRINDADE, Maria-Beatriz (1973) - *Immigrés portugais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. ROCHA-TRINDADE, Maria-Beatriz (1984) - "Queiriga revisitada" in *Emigração e retorno na região centro*, CCRN, Coimbra, pp. 149-168. VILLANOVA, R.; LEITE, C;
- RAPOSO, I. (1994) - *Maisons de rêve au Portugal*, Créaphis, Paris; na tradução portuguesa, *Casas de Sonhos, emigrantes construtores no Norte de Portugal*, Salamandra, Lisboa, 1995. WALL, Karin (1979) - "Femmes et migration: étude d'une situation conflictuelle - le cas des femmes espagnoles et portugaises à Genève", Genève.
- WALL, Karin (1984) - "Mulheres que partem e mulheres que ficam: uma primeira análise da função social e económica das mulheres no processo migratório", *Ler História*, n.º 3, pp. 53-63.

Intervenção de Luís BATISTA

1. Perspectiva de análise face à questão do espaço

O meu objecto de estudo não é o espaço substantivado, decorrendo antes a sua definição dos processos sociais espacialmente localizáveis (o que implica a delimitação física do objecto). Espaço é, aliás, uma noção equívoca e sem conteúdo definido referente a toda a quadratura física em que se produzem as relações sociais.

Trata-se de uma preocupação fundamentalmente teórica e que se orienta no sentido de procurar esclarecer as formas de uso social dos espaços físicos, e no meu caso concreto, dos modos de edificação da cidade actual, perscrutando as modalidades de acção dos implicados neste domínio da vida social.

Esta tentativa de compreensão tem-me feito recuar historicamente às épocas em que desponta a edificação da cidade actual e os contornos arquitectónicos e sociais que hoje lhe reconhecemos e aos contextos socio-políticos e demográficos em que estes processos decorrem. A cidade que hoje temos não é a cidade que tivemos, e o que hoje é espaço central na hierarquização dos lugares da cidade foi frequentemente um arrabalde de características agrícolas, quantas vezes ainda em década recente. (Em Lisboa, toda a zona designada por Avenidas Novas, uma centralidade funcional indiscutível, é uma construção planeada por iniciativa não pública nos finais do século XIX e executada ao longo das duas primeiras décadas do século XX).

Este exercício de distanciamento histórico, indispensável para relativizar a nossa experiência de cidade vivida, é o meio, creio, mais eficaz para analisar o crescimento urbano e para compreender os sítios com historicidade mas que num dado momento do alargamento físico da cidade correspondem ao aparecimento de novos lugares de residência, de instalação de novas populações para os mais diversos fins. Os processos associados ao crescimento urbano, enquanto conjunto de processos interventores na alteração da fisionomia e nas sociabilidades desenvolvidas nos variados quadros morfológicos locais, têm sido um domínio que me tem interessado centralmente e que penso estarem na essência da ideia de *redução do espaço*, designação cara a tantos investigadores das Ciências Sociais.

2. Posicionamento face ao espaço intervencionado

A lógica da intervenção pública sistemática na ordenação do espaço, como ainda no campo específico da habitação, concretiza-se nas sociedades com processos de industrialização mais desenvolvidos na passagem do século XIX para o século XX e obedece a pressupostos reformistas. Nas palavras de Christian Topaiov de entre outros domínios intervencionados, o espaço urbano passa a ser alvo de uma observação sistemática e torna-se domínio relevante tanto para os dirigentes burgueses, preocupados com os riscos do convívio com outros estratos da sociedade, como dos dirigentes operários, interessados em alterar o estado deprimente das formas de habitação das populações proletárias. Apesar dos distintos objectivos finais a ordenação urbana passa a constituir um tema de comum interesse para os principais intervenientes na vida pública.

O desordenamento evidente das vastas metrópoles que vão surgindo mas também de outras áreas tocadas pela transformação urbana, em simultâneo com outras formas de «desregulação» social, animam a necessidade de desenvolver a ideia de um Estado Social no qual se vai constituir um campo de interesses em torno do ordenamento espacial. O urbanismo surge como instrumento científico para combater este particular «problema social» que adquire o estatuto de realidade objectiva que a todos é dado a constatar. Esta construção produzida pelos novos profissionais que emergem enquanto grupos organizados em resultado da evidência desta necessidade política e social vão fazer do «campo científico» emergente um meio fundamental de afirmação de formas próprias de conceber os novos espaços edificados.

«Os problemas sociais são despolitizados, saem do campo das controvérsias facciosas e perigosas do confronto democrático (e) os actores colocados em pontos diferentes, e até opostos, vão progressivamente adoptar uma linguagem comum que delimitará o terreno no interior do qual se produzirão os seus confrontos». (C. Topaiov, 1990, p. 368).

«A norma é objectivada nos regulamentos administrativos e nos espaços edificados e a racionalidade impõe-se a todos, independentemente das vontades individuais, dos governantes e dos governados». (C. Topaiov, 1990, p. 371).

É uma nova ordem social que se pretende construir com base numa nova ordem urbana, numa lógica normativa do que deve ser construído, como deve ser construído e para quem deve ser construído. Este ins-

trumento de intervenção, o urbanismo, vai garantir a predominância técnica na decisão política em torno do uso social do espaço, jogando todavia — como aliás se efectiva em todos os domínios da intervenção pública — na criação de equilíbrios entre os diversos grupos em confronto. O exercício do reformismo, na origem das políticas sociais modernas, leva-nos (a nós sociólogos) a procurar discernir o que está por trás dos processos que conduzem à definição das formas urbanas consagradas como resultado tendencialmente consensual dos interesses privados e do eventual «interesse público».

Planear, ordenar aos mais diversos níveis da intervenção no espaço torna-se também componente do discurso económico e a sectorização das actividades e das populações confundem-se no progressivo emaranhado de discussões técnicas que economistas, de um lado, e, sobretudo, arquitectos e engenheiros, de outro, (e urbanistas todos eles!), irão estabelecendo.

A produção do espaço ao longo do século XX está profundamente marcada pela necessidade do seu ordenamento (territorial) e pelas marcas da sistematização das políticas de habitação, umas socialmente dirigidas outras marcadas pela lógica do mercado mais situadas na ordenação física dos novos espaços residenciais.

Ora, o que não deixa de ser conflitual mesmo num domínio progressivamente ordenado são os diferentes modos de conceber as novas (como a renovação das velhas) áreas de instalação residencial, a capacidade de executar e, finalmente mas fundamental, compatibilizar iniciativas separadas temporal e/ou conceptualmente.

Mesmo antes de toda a discussão a propósito dos diferentes interesses dos produtores (produção) e dos futuros utilizadores (apropriação) do espaço edificado, já todo um combate foi tendo lugar entre interesses conflituais, mesmo só entre várias entidades públicas (o caso da indecifrável luta para o cidadão comum entre autarquias e poder central neste como noutros domínios) quanto às melhores concepções, quanto aos grupos socialmente mais necessitados de apoio na habitação, quanto às melhores formas de equilibrar a rentabilização do projecto e o seu fim ordenador e realizador dos residentes.

Para compreender o resultado das intervenções no domínio da habitação e do espaço em ordenação é necessário situar no âmbito da produção do espaço as condições em que ocorre a disputa de interesses em seu torno e como certa concepção/grupo(s) de interesse veem valorizado (legitimado pela concretização) o seu ponto de vista. (O exemplo da imposição do modelo único de habitação, destinada às populações mais

necessitadas, da moradia unifamiliar pelo Estado Novo e a sua ligação à ideologia do regime no seu período áureo entre 1933-1945 é disso sintomático).

3. Coerências e incoerências da intervenção planeada

No campo habitacional é necessário distinguir de entre as intervenções planeadas as que são de iniciativa e concretização pública, só sistemáticas em Portugal a partir de 1933, apesar das primeiras iniciativas da 1.^a República, e as que sendo de iniciativa privada procuram contemporizar os pressupostos do ordenamento urbano, variadas vezes com comparticipação de autarquias e do Estado central, e que, destinando-se a grupos sociais capazes de competir no mercado habitacional, reconhecem na racionalização do espaço residencial um elemento de qualidade valorizador do seu investimento. (Em Lisboa, iniciativas como as do bairro de Campo de Ourique e o a poente da Avenida da Liberdade, que tem como rua principal a Avenida Alexandre Herculano, a caminho do Rato, marcam a iniciativa privada planeada no último quartel do século XIX) («depois da reconstrução pombalina, pela primeira vez se criavam ruas novas em Lisboa, totalmente inventadas» ver J. A. França, 1980, p. 73).

Paralelamente sabe-se que entre nós a intervenção aplaneada é dominante praticamente até aos nossos dias, pelo menos na sua versão de (desa)planeamento, isto é, apesar de obedecer a um projecto inicial, estabelecido legalmente, o conjunto de alterações a que é sujeita ao longo da sua concretização conduz à realização de uma obra imprevista, desmanteladora da concepção aprovada, o que é justificado habitualmente com a necessidade de rentabilização da iniciativa (mais andares nos edifícios dos que previstos inicialmente, menos área destinada às actividades colectivas, incumprimento das finalizações impostas ao urbanizador e às entidades públicas).

E se a coerência dos projectos individualizados de intervenção habitacional é frequentemente posta em causa, uma certa forma de incoerência entre as formas de edificação numa cidade/num aglomerado urbano é um dado incontornável. Contudo, elementos frequentes como o desfaseamento entre as várias gerações do edificado (com a desestruturação das unidades coerentes antes realizadas, caso da Av. da República em

Lisboa), coexistência física de áreas planeadas e não planeadas (Exemplo: Avenidas Novas e Bairro do Rego, em Lisboa, construídas em simultâneo e com relação directa), os tipos de concepções contemporâneas mas competitivas entre si, mas sobretudo a massificação do acto construtivo para um volume crescente de populações a alojar conduz a processos em que a gestão exigível às entidades públicas no sentido de harmonizar o todo edificado e vivido se torna ciclópico. (As áreas envolventes de Lisboa e do Porto+noroeste industrial agrupam em 1991 mais de 50% da população do continente, dado único no Portugal Contemporâneo).

É que a multiplicidade de interesses envolvidos e de difícil controlo pelas entidades públicas, dada a sua limitada capacidade de competir no mercado construtivo (de que já falam os textos dos anos 60 de R. da Silva Pereira em artigos publicados nos primeiros números da revista *Análise Social* e constantemente confirmados em estudos posteriores), fazem da inevitável necessidade de harmonizar o incoerente arquitectónica e socialmente num trabalho fortemente conflitual.

Tanto os espaços sujeitos a processos de edificação mais antiga, em que os problemas das rendas baixas e da falta de empenhamento face aos problemas da conservação dos edifícios parece ponto assente, como nas novas construções em que a permissividade da não autorização/autorização por parte das entidades competentes, da obrigatoriedade/não obrigatoriedade de cumprir cláusulas do contrato de edificação são permanentes, colocando-nos perante uma fasquia baixíssima de exigência na edificação e conservação dos espaços residenciais.

As zonas comuns são simplesmente abandonadas colectivamente e os gradeamentos, as moradias alcandoradas são marca de estilo da vida das grandes cidades (das periferias) portuguesas. Não faz aliás sentido desconstruir a discussão acerca da qualidade arquitectónica da «casa do emigrante» do da «casa do periférico», clandestina ou não. As concepções repetem-se, apesar das segundas se realizarem num quadro de menor ostentação simbólica. (Guimarães Lobato, conhecido do Bairro de Alvalade em Lisboa nos anos 40, em debate consequente a uma conferência realizada recentemente, a propósito do P. M. M. de Lisboa, comparava o caso inglês com o português a propósito das noções de protecção e conservação, salientando o não gradeamento das moradias num país com índices de criminalidade mais importantes que Portugal e a capacidade de conservação dos edifícios antigos neste país face à incapacidade de conservar até os edifícios novos no nosso).

4. A noção de espaço público como miragem, traço cultural?

A propósito da discussão das práticas sociais e culturais e da constituição e preservação das identidades, um dado, de objectividade discutível mas de evidente eficácia, com que permanentemente lidam as Ciências Sociais designa-se, bem ao gosto dos antropólogos, por *traço cultural*. Especificidade, particularidade social servem também para nomear o modo peculiar como as diferentes sociedades lidam com os mesmos fenómenos ou como resolvem os problemas com que tratam.

Ora, nesta linha de raciocínio as formas de actuação pública e dos interventores privados na ordenação do espaço merecem uma anotação. Nas sociedades da Europa do Sul, e se quisermos nas sociedades mediterrânicas em geral, a noção de espaço público parece não ter particular significado, e como refere Françoise Navez-Bouchanine em artigo publicado na revista *Espaces et Sociétés* a propósito da sociedade marroquina trata-se de um «no-man's land». O espaço social por excelência é o interior da casa e o que ocorre na rua não é da conta de ninguém. Pequenos exemplos como a quase impraticabilidade da gestão dos condomínios, a irresponsabilização colectiva acerca da conservação dos espaços exteriores comuns são elementos que nos aproximam sintomaticamente mais das sociedades do Sul que das do Norte.

É pois evidente a particular dificuldade de garantir uma consistente intervenção pública, participada e consequente. Os chamados «interesses privados» são particularmente centrados na ideia de rápida vantagem económica da sua intervenção, rentabilizando, segundo estes, as fracas possibilidades de lucro que uma «sociedade pobre» oferece.

Não sendo possível imaginar que os que defendem o «interesse colectivo» não participem, pelo menos parcialmente, da lógica dominante de uma sociedade em que estão inseridos, fica claro que alguns elementos estruturantes da vicia colectiva marquem também a intervenção pública. O desprezo pela «coisa pública», a fraca intervenção cívica e a falta de uma consciência estética são elementos — traços? — a atender para compreender os modos de racionalizar a intervenção no espaço, quer dos interventores públicos quer privados, necessariamente conhecidos, interagindo e às vezes coincidindo. (O exemplo paradigmático é o dos construtores civis-presidentes de câmara).

Intervenção de PAULA GUERRA

1. A questão que inspira este debate remete-nos, desde logo, para um conjunto de notas introdutórias com o objectivo de situar a questão em epígrafe.

i) Assim, ao longo dos tempos, a cidade fascinou os homens pelas suas inovações, pela sua modernidade e pelos subsequentes modos de vida que engendrou e proporcionou. No último século, e quase de forma paradoxal, a cidade parece ter vindo a tornar-se lugar de todas as desilusões, tensões e conflitos: pobreza e exclusão urbanas, poluição ambiental e congestionamento do tráfego, violência e insegurança, desenraizamento e solidão. Deste modo, os utilizadores do espaço urbano parecem cada vez mais distantes da sua produção, uma vez que o espaço que foi produzido parece opor-se aos seus usos, *inconciliando lógicas que se esperavam conciliadas*.

ii) Decorrente da primeira nota, poderemos dizer que a chamada produção do espaço parece ser uma tarefa confinada a um conjunto cada vez mais restrito e identificado de indivíduos, tais como, os políticos, os planeadores, os decididores urbanos, os urbanistas e arquitectos, sendo a sua utilização partilhada por um conjunto extenso e anónimo de agentes sociais. Neste ponto de vista, e inevitavelmente, podemos considerar que a utilização de um produto é tanto mais satisfatória quando existe um processo interventivo e vivido na sua produção e/ou concepção, o que contradiz a situação actual da produção e da utilização do espaço urbano.

iii) As notas anteriores não pretendem ter um carácter demasiado assertivo. A questão de partida continua em aberto e continua a ser estimulante tentar respondê-la. A grande virtualidade desta questão reside no facto de continuar a desafiar-nos a considerar a cidade*como complexa, funcionando tendo na sua base lógica e racional idades múltiplas e eventualmente contraditórias e/ou inconciliáveis. Aliás, é neste mesmo sentido, que vamos desenvolver as próximas considerações, mostrando tentativas recentes de conciliação de lógicas diferenciadas de produção e de utilização do espaço.

2. As reflexões seguintes centram-se num exercício de avaliação interrogativa acerca de alguns traços da política urbana actual, dos seus instrumentos e apostas de intervenção na medida em que esse novo qua-

dro político parece anunciar hipóteses de conciliação entre as lógicas de produção e de utilização do espaço urbano. Valerá a pena dizer que algumas das derivações desse renovado quadro de intervenção política — Planos Directores Municipais, Planos de Pormenor, Planos Estratégicos de Desenvolvimento — parecem abrir um conjunto de oportunidade no sentido de aproximar lógicas diferenciadas dos diferentes actores urbanos.

Assim, iremos enunciar algumas das principais oportunidades de conciliação inauguradas por esse novo posicionamento político.

i) Renovado entendimento acerca dos conceitos de cidade e do modo de vida urbano. Esta renovação conceptual marca-se pela especificação e pela valorização das identidades urbanas oriundas em espaços diferenciados social e territorialmente. A nova abordagem conceptual pugna ainda pela defesa da cidade e da vida urbana como vectores fundamentais de realização pessoal e cívica dos *urbanitas*, defendendo a cidade como local de concretização de urbanidade e de qualidade de vida.

ii) Reconceptualização das formas de intervenção na cidade e dos instrumentos de planeamento urbano.

Rejeitando uma concepção de planeamento centrada e flexista dos anos 40/60, assim como as ilusões liberais dos anos 80, opta-se por um *planeamento urbano estratégico, processual e flexível*.¹ Isto é, assumem-se lógicas plurais de «fazer» e de «viver» o espaço urbano, procurando alcançar um maior equilíbrio sócio-espacial, destronando a tendência segregativa que dominou épocas anteriores, e ainda valorizando e revivificando iniciativas de participação social alargadas a diferentes estratos e sectores da população urbana.

iii) Defesa de uma multiformidade de relacionamentos entre os diversos agentes urbanos.

Defende-se a emergência de novas formas de organização e de relacionamento no interior da sociedade civil através da renovação e da multiplicação dos instrumentos de actuação. Tendo como princípio básico, a mobilização das próprias populações que são objecto de intervenção, admitem-se novas fórmulas de intervenção ligadas quer ao partenariado, à concessão ou mesmo, à contratualização. Todas estas fórmulas têm como

¹ Cfr. João Ferrão, «Plano Director Municipal de Lisboa — Contornos e condicionantes de uma filosofia inovadora de gestão e planeamento em grandes cidades», in *Sociologia — Problemas e práticas*, n.º 15, 1994, pp. 11-12.

ponto comum a importância da comunicação e da troca de informação ascendente e descendente entre as diferentes instâncias que intervêm na cidade.

iv) Visão integrada dos usos do espaço urbano, optando-se por zonamentos flexíveis, não rígidos, não monofuncionais e socialmente heterogéneos².

Em termos de consequências, temos a requalificação dos espaços públicos em termos de sociabilidade e de convivialidade; a revalorização da função habitacional, reabilitando e requalificando espaços degradados e marginalizados; valorização dos elementos identitários da cidade, pertencentes à sua memória — raízes, historicidade.

Sintetizando. Podemos observar que estes vectores marcam uma mudança recente nas políticas e instrumentos de produção do espaço urbano, tentando aproximar produtores de utilizadores, conciliando ambas as lógicas que lhes são inerentes. Integram-se numa perspectiva de desenvolvimento urbano integrado e sustentado enquanto estratégia globalizante de intervenção local³ porque vinculada a territórios específicos e às sociabilidades e quotidianos dos cidadãos que os habitam.

3. Não basta uma renovação mais ou menos discursiva das políticas e instrumentos de planeamento urbano para fomentar uma conciliação progressiva e contínua entre as duas lógicas, sobretudo porque podemos antever algumas dificuldades de aplicação concreta destas políticas e dos seus postulados.

i) A primeira dificuldade de concretização reside no facto de que a mobilização generalizada de todos os actores sociais urbanos raramente é conseguida, assistindo-se, na maioria dos casos, a uma mobilização parcelar, hierarquizada e dominante de alguns actores sociais urbanos, tais como, especuladores fundiários e/ou imobiliários. É caso para questionar ainda, como garantir uma participação cívica alargada, se da parte dos próprios excluídos da cidade, houve uma aprendizagem de demissão e de dominação perante condições adversas quer de ordem económica, quer de ordem social.

² Cfr. João Ferrão, *art. cit.*, p. 14.

³ Cfr. A. Santos Silva, «O que é o desenvolvimento integrado? Uma reflexão, com ilustração empírica», in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento — Actas do Encontro de Vila do Conde 1-3 Abril 1993*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994, p. 612.

ii) A segunda dificuldade de concretização reside no seguinte: perante a ênfase em relação a lógicas diferenciadas de vida urbana, assistimos, na generalidade, à proeminência de uma lógica centralizadora do viver da cidade. Uma política de desenvolvimento urbano integrada e sustentada assenta na concretização de três eixos fundamentais: equilíbrio sócio-espacial, democracia participativa e eficácia económica. Sabemos que, por natureza, estes eixos se encontram em permanente conflito porque são contraditórios nos seus fins. Neste sentido, parece difícil garantir que a eficácia económica não se sobreponha aos outros eixos, impondo a sua lógica e os seus trâmites organizativos na produção da própria cidade.

iii) A terceira dificuldade de concretização tem a ver com a existência ou não de possibilidades de concertação entre os diferentes níveis e escalas de intervenção. Não se pode enunciar somente o epíteto — pensar globalmente, agir localmente — para alcançar uma verdadeira sintonia e dialéctica entre global e local. A dialéctica global/local tem de existir realmente, activando mecanismos de gestão urbana horizontais e verticais, ascendentes e descendentes. A existência de intervenções urbanas demasiado localizadas pode ocasionar um «déficit» de escala, na medida em que poderão desencadear uma resolução bastante limitada e pontual num território, não o contextualizado dentro de uma unidade mais ampla e complexa.

4. Finalmente, podemos propor que as possibilidades de conciliação entre a lógica de produção e a lógica de utilização do espaço podem passar pela tentativa de resolução de dois estrangulamentos que ainda enfermam a concretização das políticas urbanas na actualidade.

Em primeiro lugar, poderíamos referir o chamado *estrangulamento de escala* ligado à falta de enquadramento específico e de lugar dos espaços e das pessoas que constituem efectivamente a cidade.

Em segundo lugar, poderíamos referir o chamado *estrangulamento de cidadania*, na medida em que assistimos à ausência real (não verbal) entre os mecanismos e práticas de participação cívica, sobretudo porque são os cidadãos que inventam a cidade nos seus quotidianos «antecipando o estudo do sociólogo, ultrapassando o lápis do urbanista, surpreendendo a visão do geógrafo»⁴.

⁴ Pascal Percq, *Les Habitants Aménageurs*, Paris, Editions de L'Aube, 1994, p. 79.

2.^a Sessão — *O Poder n(d)a Universidade: Atração fatal?*

Moderadores: Rui Pinto
Marta Mucha

Intervenientes: Ivo Carneiro (Historiador) Patrícia
Ávila (Socióloga) Paulo Fontes
(Estudante da FLUP)

Nota: Não nos foi possível obter, na sua forma escrita, as comunicações de Ivo Carneiro, Patrícia Ávila e Paulo Fontes.

3.^a Sessão — *22 anos depois: Os portugueses e a política*

Moderadores: Natasha Cabral
Sofia Nunes Lopes

Intervenientes: Carlos Magno (Jornalista do Expresso)
José Vergílio Pereira (Sociólogo)
Manuel Villaverde Cabral (Sociólogo)

Nota: Não nos foi possível obter, na sua forma escrita, as comunicações de Carlos Magno e Viííaverde Cabral.

Intervenção de VERGÍLIO BORGES PEREIRA

Penso que uma das formas possíveis de resolver o problema que os estudantes de Sociologia nos colocam hoje aqui — o de equacionar as relações dos portugueses com a política vinte e dois anos depois do vinte e cinco de Abril de 1974 —, para além de não ser tarefa fácil, poderá passar por interrogar algumas das transformações a que a *revolução* (?) *dos cravos* deu origem.

Sem dúvida alguma que o principal transformação decorrente do vinte e cinco de Abril foi a democratização da vida política do país. Não podendo ser exaustivo na resposta, não me coíbo, no entanto, de formular a pergunta: quais são os contornos da nossa democracia, que uns já retra-

taram como «do sucesso», que outros profetizaram como «avançada» e que hoje alguém quer que signifique «diálogo»?

Uma primeira visão que tenho da nossa democracia é a da sua estruturação, à maneira de muitas outras do mundo ocidental, em torno das regras de funcionamento de um campo político — «(•••) lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos (...)»¹ — do qual são protagonistas principais os partidos políticos — agentes especializados e institucionalizados na (re)produção de condutas e práticas políticas.

Interpreto o protagonismo dos partidos como um monopólio. Monopólio não só de discursar sobre as diferentes intervenções na realidade social, mas também monopólio de concentrar a possibilidade de acesso a cargos onde se concretizam decisões políticas. Com efeito, e mesmo retendo a possibilidade legal de existirem listas de independentes em eleições locais, verifica-se que todos os níveis da *luta política* são os partidos que configuram as modalidades da discussão e da disputa, ao ponto, por exemplo, de a escolha dos deputados, a outorgação dos mandatos e a titularidade dos cargos lhes pertencer², com todas as implicações em termos de conflito entre estruturas locais e nacionais dos partidos sempre que as célebres listas são discutidas e sempre que alguém é acusado de *pára-quedismo*^...

Penso, por outro lado, que por força da disponibilidade de tempo para se dedicar à política, por força das competências e ritualizações exigidas pelas querelas do campo, é também de um monopólio de profissionais⁴ que se tem de falar para retratar o trabalho de produção política em Portugal.

Profissionais de quê? — Poderá perguntar-se. Profissionais da *representação*, uma vez que toda a lógica do campo se estrutura em torno dela: como assinala Joaquim Aguiar, o exercício do poder, obtido no quadro de uma competição eleitoral, fundamenta-se numa relação de representação que vincula eleitos a eleitores; a avaliação do poder é feita no âmbito da representação obtida através das eleições; a regulação do exer-

¹ Bourdieu, Pierre — *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1988, p. 164.

² A este propósito cfr. Cruz, Manuel Braga da — *Instituições políticas e processos sociais*, Lisboa, Bertrand, 1995, pp. 190-191.

³ Conflitos semelhantes entre as estruturas distritais e concelhias dos partidos são também evidentes nos momentos de constituição de listas para eleições locais.

⁴ Bourdieu, Pierre — *Op. cit.*, pp. 164-169.

cício do poder político é possibilitada pela representação⁵. Contudo, o trabalho de representação progressivamente profissionalizado torna a relação dos cidadãos com a política numa relação cada vez mais reduzida ao momento da eleição, com a característica particular de transformar os cidadãos-eleitores em «consumidores» votados a efectuar escolhas meramente negativas⁶ e «com probabilidades de mal-entendidos tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção»⁷.

Não será, por isso, motivo de espanto verificar a diminuição da importância política dos «partidos de militantes» e a crescente influência e poder dos «partidos-associação» de eleitores com vocação maioritária, ou ainda da tendência para a sua notabilização, numa relação crescente da sua configuração com de partidos de tipo «catch-all» — uma aproximação verificada não só ao nível da organização burocrática dos partidos, mas sobretudo no modo como estes se colocam na luta pelo poder, procurando ampliar as margens da sua penetração social com base em programas eleitorais onde a clareza ideológica se vai reduzindo. A potencial complicação instaurada por esta mudança não nos deve precipitar em afirmações fatalistas, recorrentemente e ciclicamente em moda no campo e nas suas imediações, sobre a inevitabilidade do «fim das ideologias»⁸. Não será excessivo afirmá-lo: elas — ideologias — estão presentes no

⁵ Aguiar, Joaquim — «Democracia pluralista, partidos e relação de representação», *Análise social*, 100, 1988, p. 59.

⁶ «(...) Nas eleições não se pergunta ao eleitorado o que quer (não lhe é atribuída a especialização política necessária para especificar um mandato deste tipo), mas sim o que prefere dentro de um *menu* previamente estabelecido. Entre o Contrato Social de Rousseau e a servidão voluntária de La Boétie, as sociedades modernas tendem a dar razão ao segundo», *Idem*, p. 63. «A democracia representativa é a forma de governo que acaba por prevalecer nas sociedades ocidentais, depurada entretanto de conteúdo substantivo e reduzida, em grande parte, a um mero procedimento. Ela é convertida em método, em que o povo desempenha um papel passivo, limitando-se a sufragar a escolha por outrem dos dirigentes», Fernandes, António Teixeira — «A crise do Estado nas sociedades contemporâneas», *Conferências da Faculdade de Letras do Porto*, IV, Porto, p. 10.

⁷ Bourdieu, Pierre — *Idem*.

⁸ Pode obter-se um retrato das ideologias políticas dos partidos portugueses através da leitura dos respectivos textos. Uma análise sociológica destes pode encontrar-se em Almeida, João Ferreira de — *Portugal, os próximos 20 anos, valores e representações sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 11-50. Uma análise do modo como o vector analítico consagrado na fórmula *fim das ideologias* operou no interior da sociologia política pode obter-se em Fernandes, António Teixeira — *Os fenómenos políticos*, Porto, Afrontamento, 1988, pp. 111-125.

discurso e prática políticas dos partidos e são accionadas, na sua maior nitidez, em período pós-eleitoral no âmbito do exercício do poder⁹. A *História* não chegou ao fim e não podemos confundir a emergência, no cenário do nosso recentemente autonomizado *campo mediático*, da enenação e do espectáculo políticos como formas privilegiadas de penetração eleitoral com a emergência de uma idade pós-ideológica numa sociedade que não deve ter muito de pós-industrial.

Parece-me assim que uma outra visão da nossa democracia não pode deixar de consagrar um retrato do encontro entre a lógica voraz da transformada «caça ao voto» — e da inevitável «tomada de posição» que esta vai exigindo dos agentes envolvidos — e a lógica da «venda da notícia» (medida em audiências ou em tiragens). Com isto procuro sobretudo sublinhar o modo como o trabalho de representação política faz parte de uma relação mediatizada, não se traduzindo, contudo, o elevado grau de visibilidade e exposição públicas que esta relação origina num aumento do volume e da qualidade da informação política na construção do quotidiano dos diferentes cidadãos.

O que aumenta é principalmente a exposição a um conjunto determinado de práticas ritualizadas onde avulta, sem margem para dúvidas, o debate televisivo como figura maior. Este acaba por ser visto numa óptica quase exclusivamente dedicada à avaliação — em directo — da *performance* dos candidatos. Nada é deixado escapar, a cor do fato, a posição das mãos, o olhar (in)seguro para as câmaras, o modo como se vai falando, tudo terminando com o veredicto final do painel de comentadores — representativo das diferentes sensibilidades políticas nacionais —, expresso nos termos musculados de uma qualquer partida de boxe: seja como for, descobrir-se-á o momento em que o golpe de esquerda ou de direita de um dos contentores se consuma num *K.O.* final (uma vitória *aos pontos* é sempre mais difícil de verificar), divulgando-se, logo de seguida, mais uma sondagem que tratará de trazer a lume «o veredicto do povo»¹⁰: ... And the winner is...

Num tal contexto, julgo que as condições de socialização política dos portugueses não podem deixar de ser afectadas, acabando por se dis-

⁹ Cfr. Aguiar, Joaquim — *Op. cit.*

¹⁰ «O ideal democrático está sem dúvida menos ameaçado hoje pelo totalitarismo do que por uma espécie de demagogia sábia tanto mais perigosa quanto tem formalmente todas as aparências de democracia», Champagne, Patrick — *Faire Vopinion*, Paris, Minuit, 1990.

cutir menos política e mais as possibilidades — nem sempre mais significativas para a vida dos cidadãos — de exercício do poder, da forma menos clara e que menos informa. Penso, igualmente, que este quadro de socialização política poderá reforçar uma das mais pesadas heranças dos quarenta e oito anos de regime autoritário que tivemos, a fraca participação social e a atrofia do que Habermas qualifica como espaço público. De resto, uma das visões mais educativas da democracia portuguesa é a que retém a distanciação dos seus cidadãos face à política, expressa nos elevados números de abstencionismo eleitoral ou numa difusa consciência de direitos.

Em síntese, e é este o contributo final que deixo para o nosso debate, vivemos uma democracia em que a política se tornou num monopólio de um conjunto restrito de profissionais partidários especializados numa actividade de representação vocacionada para a conquista do poder, motivo para que, na procura do gosto da maioria, se centre toda a luta no horizonte da luz projectada pelos holofotes dos *media* sem que, com isso, se torne o exercício da cidadania mais *iluminado* e mais participativo.